



TERRITÓRIO PERIFÉRICO EM TRANSFORMAÇÃO: DINÂMICAS DE VULNERABILIZAÇÃO A PARTIR DE RECORDADORES DA BARRA DO JUCU (VILA VELHA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL)*

PERIPHERAL TERRITORY IN TRANSFORMATION: DYNAMICS OF VULNERABILITY FROM MEMORIES OF BARRA DO JUCU (VILA VELHA, ESPÍRITO SANTO, BRAZIL)

Teresa da Silva Rosa^{1, 4}ORCID 0000-0001-6613-5088
tsrosaprof@gmail.comHomero Bonadiman Galvêas¹ORCID 0009-0004-5228-7397
bonadimangalveas@gmail.comLueny Francisca Silva Oliveira Vaz¹ORCID 0009-0007-2326-1368
lueny.vaz@uvvnet.com.brAndré Vianna Nascimento^{2, 5}ORCID 0000-0002-9429-231X
andre_vianna@id.uff.brMichelle Bonatti³ORCID 0000-0001-8511-5365
michelle.bonatti@zalf.de¹Universidade Vila Velha (Brasil)²Universidade Federal Fluminense (Brasil)³Universidade Humboldt de Berlim, Leibniz Centre for Agricultural Landscape Research (Alemanha)⁴Pesquisador(a) Bolsista PQ2/CNPq | ⁵Bolsista de doutorado CAPES

RESUMO

Este trabalho visa discutir as transformações territoriais que configuram o cenário de vulnerabilidades socioambientais na Barra do Jucu (Vila Velha, Espírito Santo, Brasil), ocorridas pela exploração histórica do território por meio de projetos desenvolvimentistas. Neste bairro, situado em região urbana e litorânea, foram elaboradas três rodas de conversa entre março e maio de 2023 identificando as memórias de recordadores, moradores locais, as quais foram gravadas e transcritas. Com base nas narrativas, observou-se que a perda da identidade territorial e de suas características, de um lado, desencadeou, no passado, um processo social local de exposição aos riscos; por outro, mobilizou a comunidade num movimento em favor das características culturais e ecológicas tradicionalmente presentes nas origens do bairro. Através deste protagonismo e pro atividade, ações múltiplas têm sido construídas, como a criação de uma unidade de conservação municipal e o resgate da produção ancestral de renda de bilro num movimento ontológico de (re) apropriação de seu território. Sendo assim, verifica-se uma trajetória de resistências e de lutas territoriais destacadas pelas mobilizações da comunidade e do resgate da identidade territorial que se contrapõe às políticas públicas municipais fundadas na racionalidade economicista.

Palavras-chave: Vulnerabilidade, resistência, resiliência territorial, territorialidade, Barra do Jucu.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the territorial changes that shape the scenario of socio-environmental vulnerabilities in Barra do Jucu (Vila Velha, Espírito Santo, Brazil) caused by the historical exploitation of the territory through development projects. In this neighbourhood, located in an urban and coastal region, three talking circles were held between March and May 2023 to collect the memories of local residents, and these were recorded and transcribed. Based on these narratives, it was observed that the loss of territorial identity and its characteristics, on the one hand triggered a local social process of exposure to risks; on the other hand, it mobilized the community in a movement in favour of the cultural and ecological characteristics traditionally present in the origins of the neighbourhood. Through this leadership and pro-activity, multiple actions have been developed, such as the creation of a municipal conservation unit and the revival of the traditional craft of bobbin lace production in an ontological movement to (re)appropriate their territory. Thus, there is a chronicle of resistance and territorial struggles highlighted by the mobilization of the community and the recovery of territorial identity, which is at odds with municipal public policies based on economic rationality.

Keywords: Vulnerability, resistance, territorial resilience, territoriality, Barra do Jucu.

* O texto deste artigo foi submetido em 27-09-2023, sujeito a revisão por pares a 17-11-2023 e aceite para publicação em 30-04-2024.

Este artigo é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 32 (II), 2025, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

Introdução

A urbanização rápida e desordenada no Brasil foi acompanhada por políticas públicas visando melhorias para a população de modo a mitigar as desigualdades sociais, as injustiças socioambientais e os riscos de desastres. Apesar destas políticas públicas, a Região Metropolitana da Grande Vitória (ES, Brasil) vem sofrendo muitas transformações urbanas, aprofundando vulnerabilidades socioambientais historicamente construídas, principalmente a partir da instalação dos grandes projetos desenvolvimentistas de natureza extrativista, industrial e portuária nas décadas de 1960 e 1970 (Siqueira, 2016, p.14, p.34).

O município de Vila Velha ilustra este processo e, em particular, um de seus bairros: a Barra do Jucu. A Barra do Jucu (BJ) é um território-bairro do município de Vila Velha (VV) e compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) no Espírito Santo (Brasil). O bairro recebeu este nome por estar situado à foz do rio Jucu (RJ), conforme (fot. 1), lugar onde o rio encontra o mar, estando, assim, inserido na sua planície de inundação, onde o rio é navegável. Para ilustrar o seu papel para a RMGV, no início da década de 2020, o RJ fornece a água consumida por mais de 65 % da sua população além de muitas propriedades rurais e polos industriais. O estudo faz parte da pesquisa “Atores, discursos e redução de riscos de desastres em Vila Velha (ES, Brasil)”, com financiamento do CNPq, UUV e FAPES.

Este artigo investiga as transformações territoriais de Vila Velha (ES, Brasil) a partir das experiências, de enfrentamentos e de reações vividas e rememoradas pela população do bairro Barra do Jucu. Tais transformações são apreendidas como sendo um elemento de ruptura da dinâmica territorial local pré-existente, estando, no ES, relacionadas a instalação do modelo desenvolvimentista, parte da expansão recente do modelo capitalista no Brasil e no Mundo. Para tal, consideramos, assim, o estudo de caso como sendo caracterizado por este processo de construção social de vulnerabilidades estruturais fundamentado no desenvolvimentismo modernizante, cenário no qual as políticas públicas implantadas na Região Metropolitana da Grande Vitória desde a década de 1960/70 têm seu papel. Por conseguinte, por via do poder público e dos agentes econômicos locais, este desenvolvimentismo orienta o modo pelo qual se dá o uso e a apropriação territorial em área tipicamente periférica do Sul Global (Haesbaert, 2020, p. 142).

No caso do estado do Espírito Santo, tal desenvolvimentismo reinstalou um extrativismo de bases coloniais visando a exploração territorial da natureza através da condução de seus elementos à lógica econômica capitalista (Ferdinand, 2021, p. 86; Scarano *et al.*, 2021, p. 12; Tschäen *et al.*, 2021, p. 13). Este processo acarreta

a fragilização e a desagregação de tramas territoriais tecidas historicamente pela interconexão entre as várias dimensões territoriais (Acselrad, 2012; Haesbaert, 2020, p. 143) levando a desorganização ou ruptura estrutural da dinâmica local (Costa Pinto, 1965, p. 123), no caso, pelos projetos desenvolvimentistas das décadas 1960/70. A área de estudo escolhida para o desenvolvimento deste trabalho se remete a realidade de uma comunidade com representatividade no cenário cultural e ambiental do estado pela sua trajetória de resistências e lutas em prol da preservação da sua identidade territorial em contraposição ao desenvolvimentismo modernizante que se reorganizou no Sul Global, internacionalizando a economia periférica no mercado global. Ainda hoje, em plena década de 2020, as transformações territoriais na Barra do Jucu em função de impactos de tal processo de internacionalização se aprofundam enquanto novas problemáticas surgem, principalmente, nos últimos 20 anos.

Visando alcançar o objetivo deste artigo, o seu desenho metodológico é composto pelos seguintes procedimentos: (1) levantamento de documentos e de dados primários, incluindo matérias de jornais de grande circulação, arquivos digitais e bibliografia relacionada ao tema em estudo; (2) mapeamento de dezesseis (16) atores, considerados como sendo os recordadores, por meio do método não probabilístico nomeado como bola de neve (“snowball”), que parte de informantes-chaves para se chegar a sujeitos interessando à pesquisa, se aproveitando, assim, das redes locais de relações sociais (Vinuto, 2019) e priorizando aqueles com experiência e conhecimento sobre o território em questão (moradores e/ou lideranças); (3) conversas aleatórias, visando caracterizar os atores quanto às suas áreas de atuação e às problemáticas locais; (4) rodas de conversa como espaço de diálogo e de escuta (Reginense *et al.*, 2022, p.55), identificando elementos do processo de construção social dos riscos enquanto rupturas provocadas por transformações modernizantes e globalizadas, além de suas capacidades para enfrentá-las. Foram realizadas três rodas de conversa entre março e maio de 2023 com os atores identificados no mapeamento inicial.

A problemática deste trabalho é abordada em duas etapas principais interrelacionadas. A primeira etapa visa caracterizar a Barra do Jucu a partir das memórias dos recordadores e de documentos bibliográficos, imagéticos e reportagens da mídia estadual levantadas. Assim, são apresentadas as experiências trazidas pelos recordadores durante as rodas de conversa frente às transformações ocorridas neste território diante do processo de inserção territorial na lógica econômica capitalista internacional de modo a identificar elementos da dinâmica de vulnerabilização de seu território. A partir das memórias e experiências evocadas, a segunda etapa busca compreender, teoricamente, este processo de construção sócio-histórica de exposição das comunidades

à múltiplos riscos, provocados pela racionalidade economicista desenvolvimentista hegemônica, a partir da discussão dos conceitos de território, territorialidade e ontologia política.

Passado e Presente nos relatos dos sujeitos: caracterizando a construção social da vulnerabilidade territorial na Barra do Jucu

A partir de testemunhos advindos das reuniões com os moradores locais, esta parte do trabalho visa trazer à luz elementos da dinâmica de vulnerabilização no território em estudo. Sujeitos a pressões advindas da implantação de projetos desenvolvimentistas neo extrativistas no Espírito Santo (Tschaen *et al.*, 2021, p.3), estes sujeitos revelaram, nestas ocasiões, um passado e suas transformações experienciadas em seus cotidianos, resultando, assim, num presente com uma nova configuração, permeada por problemas. Segundo Costa Pinto (1965, p. 123), “[...] no momento que o grupo social toma consciência de um problema, esse problema já existe na estrutura social”.

O recorte geográfico desta comunicação é o bairro do município de Vila Velha denominado Barra do Jucu (BJ). A BJ está localizada no litoral sul do município (fig. 1), ele integra a região administrativa 5 (RA-5), sendo delimitado a leste pelo Oceano Atlântico; a oeste pela Rodovia do Sol (Rodosol) e pelos bairros da Grande Terra Vermelha e Santa Paula I e II; ao

norte pelo rio Jucu e o Parque Natural Municipal de Jacaranema e, ao sul por, uma área de mata de restinga, já degradada, e pelo bairro Praia dos Recifes. Os recordadores são os atores mapeados com atuação tanto na área ambiental como cultural na BJ, representando diversos grupos e instituições locais (pescadores, mestres de bandas de congo, artesãos, ambientalistas ou coordenadores culturais).

A BJ é uma das comunidades com uma representatividade no cenário cultural e ambiental espírito santense, tendo uma história de movimentos de resistências e lutas pela manutenção das características de seu território diante do desenvolvimento que vem sendo implantado no Sul Global. Para exemplificar isso, cita-se o tombamento da primeira área ambiental de grande valor paisagístico no ES, a área do atual Parque Natural Municipal de Jacaranema (PNMJ). O processo de criação do PNMJ (fot. 1) ocorreu por meio do Conselho Estadual de Cultura, pela Banda de Congo da Barra do Jucu em 1986, segundo depoimento de um dos recordadores: “A banda de congo da BJ que entrou com o pedido de tombamento de Jacaranema no Conselho Estadual de Cultura, como sendo uma área de paisagem natural notável” (KG, 03/2023; <https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/PNMJ.pdf>).

Reconhecida por sua beleza natural, a BJ é um pequeno balneário que teve seu início como uma vila de pescadores caiçaras e que, ainda hoje, busca manter suas características originais segundo os recordadores, definidoras da identidade local. O resultado da mescla

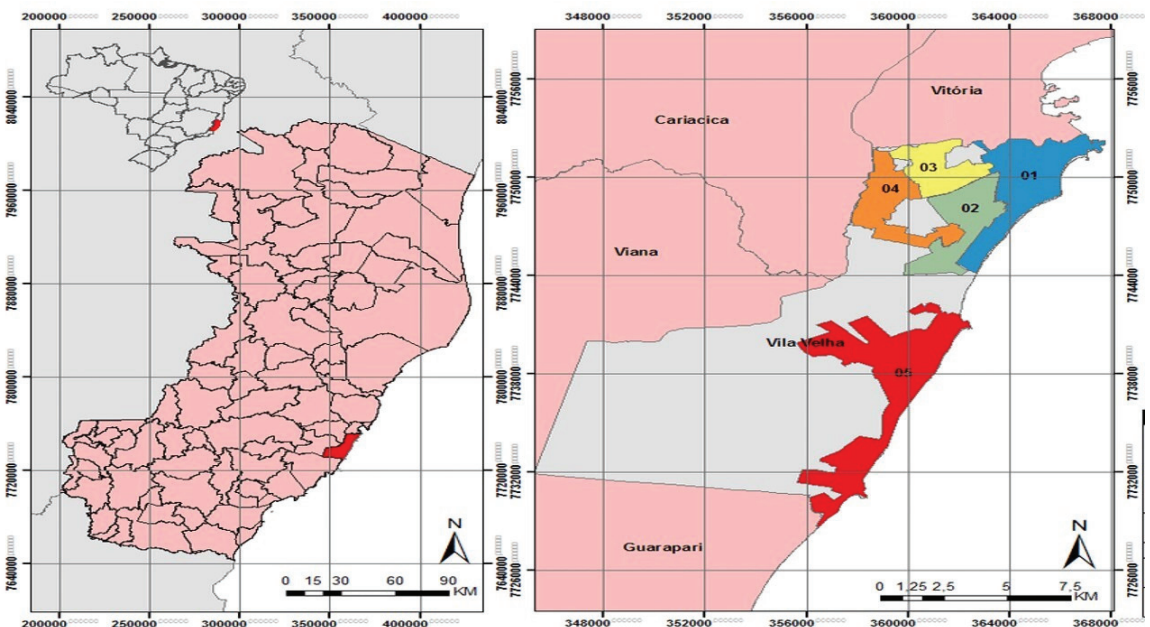


Fig. 1 - Mapa de localização geográfica da área em estudo. Destaque em vermelho para a Região Administrativa 5, onde fica o bairro Barra do Jucu (Fonte: Almeida *et al.*, 2017a).

Fig. 1 - Maps of Brazil, Espírito Santo, Vila Velha and the administrative regions of Vila Velha. Highlighted in red for Administrative Region 5, where the Barra do Jucu neighborhood is located (Source: Almeida *et al.*, 2017a).



Fot. 1 - Vista aérea parcial do bairro Barra do Jucu, destacando: (1) O Morro da Concha, (2) A Praia do Barrão (antigamente, conhecida como Peituri, (3) O Parque Natural Municipal de Jacaranema, (4) A foz rio Jucu, (5) A comunidade da Barra do Jucu, (6) A planície de inundação do rio Jucu e (7) A Praia da Concha (Fonte: Museu Vivo Barra do Jucu, ES, 2018, <https://museuvivodabarradojucu.com.br/>).

Photo 1 - Partial aerial view of the Barra do Jucu neighbourhood, highlighting (1) Morro da Concha, (2) Praia do Barrão (formerly known as Peituri, according to his D V in a conversation held on 05/2023) (3) The Municipal Natural Park of Jacaranema, (4) The mouth of the Jucu River, (5) The community of Barra do Jucu, (6) The floodplain of the Jucu River, (7) Praia da Concha (Source: Museu Vivo Barra do Jucu, ES, 2018, <https://museuvivodabarradojucu.com.br/>).

entre africanos, indígenas e portugueses na área estudada deu origem ao congo e suas bandas, ao carnaval folclórico, a cultura de pesca artesanal e as rendeiras de bilro.

O congo é uma manifestação que tem como um dos seus fundamentos, segundo recordadores, a capacidade de ser muito espontânea, narrando as tradições, os costumes do cotidiano local do seu povo, as ações e demais atividades que acontecem no dia a dia da comunidade, servindo como verdadeiro “jornalismo” cantado. Fala, por exemplo, de fatos curiosos do cotidiano como as pescarias, caçadas, aventuras, os amores, desilusões, as reclamações locais, entre outras questões. A capacidade de improvisação de versos é destacada. Segundo KG, seus letristas “[...] ficavam o dia todo no mar, pescando; na mata, caçando ou fazendo lenha e no rio, navegando, remando e pensando nos acontecimentos; preparando novos versos para a próxima congada”. Este testemunho mostra, ainda, a relação entre o congo e as atividades desenvolvidas localmente, em geral, relacionadas mais à sobrevivência do grupo do que visando a comercialização. Por conta dessa vivência pertencente ao território, os mestres de bandas (fot 2) são detentores de um conhecimento ancestral sobre o próprio local.



Fot. 2 - À esquerda, Presidente Alcides e à direita Mestre Honório, ambos da Banda de Congo da Barra do Jucu, tirada em 1977 (Fonte: arquivo pessoal: www.galveas.com/homero).

Photo 2 - On the left, President Alcides and on the right Mestre Honório, both from the Banda de Congo da Barra do Jucu, taken in 1977

(Source: personal archive in www.galveas.com/homero).

Segundo Neves (1980, p. 41), o congo é resultante da mistura entre brancos, negros e indígenas, dando pioneirismo aos últimos, os quais começam a receber a influência dos negros na designação e inclusão de novos instrumentos, no ritmo, na dança. Em roda de conversa,

DB (em 03/2023) caracteriza o congo como: “[...] *tudo de melhor que o nosso estado tem em relação à cultura, para mim, é o congo. E, não é muito valorizado. Aliás, não é valorizado, mas que assim, nós “congueiros” é que damos o maior valor. Nós temos uma lei onde nós somos um dos patrimônios imateriais*”. As apresentações de bandas de congo da BJ são, hoje, um grande atrativo capaz de reunir não só moradores da BJ como da RMGV para a festa de São Benedito de 2022 (fot. 3).



Fot. 3 - Banda de Congo Mestre Honório durante a festa de São Benedito de 2022 (Fonte: Acervo da pesquisa, tirada a 28/12/2022).

Photo 3 - Banda de Congo Mestre Honório at the festival of São Benedito 2022. This is the main festival of the Congo (Source: research collection, taken on 28/12/2022).

O carnaval folclórico é também uma manifestação tradicional da BJ (fot. 4) que merece especial atenção. Apesar de ter passado por algumas transformações no processo de mediação e contato com as pressões da “nova sociedade modernizante”, ele tem características de resistência popular, mantendo, com vigor, a ironia, a irreverência e a crítica social e política. Além de protestar, ele conta histórias com músicas próprias, tal como o congo fazia, sendo uma consequência deste. O improviso e a função jornalística, que perderam a força no Congo, ganham, de acordo com os recordadores, com o carnaval.



Fot. 4 - A mais antiga manifestação de carnaval na BJ: Bloco dos Mascarados nas ruas em 2021 (Fonte: Museu Vivo Barra do Jucu, 2021 em <https://museuvivodabarradojucu.com.br/>).

Photo 4 - The oldest carnival event in BJ: ‘Bloco dos Mascarados’ in the streets in 2021 (Source: Museu Vivo Barra do Jucu, 2021 em <https://museuvivodabarradojucu.com.br/>).

A pesca tradicional, mais uma característica local (fot. 5), vem sendo impactada por atividades como a exploração de areia e o aterro gradativo do manguezal, local de reprodução de várias espécies de pescado. Estas ocorrem devido à pressão imobiliária ligada a urbanização desordenada na RMGV resultado da inserção, a partir da década de 1970, da economia nacional e estadual no mercado internacional através dos grandes projetos desenvolvimentistas. Além disso, a pesca industrial com o uso de sonar por grandes traineiras de outros estados brasileiros e/ou países diminui o pescado da região, comprometendo esta atividade tradicional. No passado, alguns pescadores não precisavam ter outra fonte de renda. Atualmente, o sustento do pescador e de sua família está comprometido por estes diversos fatores conjugados. Se outros se aposentaram pela Colônia de Pesca, hoje, ninguém está em dia com a colônia, ninguém quer se aposentar por ela; ou, ainda, trabalham em outro lugar tal como relatado por DV na roda de conversa (Galvêas, 2006, p.83).



Fot. 5 - Pescadores da BJ com rede de arrasto na Praia do Barrão (ou a Praia do Peitori como era conhecida pelos nativos) em 2018 (Fonte: bit.ly/Pescadoresdabarra).

Photo 5 - BJ fishermen with a trawl net at Praia do Barrão (or Praia do Peitori as known by the local people, according to collectors) in 2018 (Source: bit.ly/Pescadoresdabarra).

Um patrimônio cultural importante da BJ é a renda de bilro, quase extinta, principalmente, pela concorrência das rendas industrializadas, feitas em grande quantidade, de forma mais rápida e barata. Artesanato tradicional introduzido pelos imigrantes açorianos, as rendas de bilro da BJ eram, antigamente, muito procuradas, oferecendo uma forma de renda monetária. Para MLV (04/2023), “As rendas de bilro eram destaque na Barra, a maioria das mulheres faziam e vinha gente de fora para comprar”. Segundo RR (04/2023), o resgate feito a partir da mobilização e contribuição de duas antigas rendeiras nativas da BJ (as senhoras Rosa Malta e Enedina Leão) traz esta atividade a um protagonismo local, que estava sem registro de acordo com sua fala. Isso ocorre de maneira organizada, atualmente, através de uma associação que, recentemente, promove as vendas de modo a retomar a renda de bilro como um produto gerador de renda para as participantes das oficinas (fot. 6) promovidas semanalmente.

Estas oficinas se iniciaram com a identificação de Rosa Malta e Enedina Leão, detentoras do saber ancestral da confecção das rendas com as almofadas e seus bilros. Em 04/2023, mais de 60 aprendizes participaram regularmente das oficinas. Esse movimento ocorreu com o apoio da ONG Museu Vivo da Barra do Jucu, criado para preservar, defender e difundir a cultura e o meio ambiente da BJ, e com o empenho direto de RR. Além disso, DB testemunha sobre este resgate endógeno à própria comunidade: “[...] *eu penso assim que quando tem pra resgatar é alguma coisa, quem faz esse movimento é a comunidade. Nunca esse movimento vem assim do poder [público], nós que nos movimentamos, organizamos, no caso das rendeiras, foi a esposa do Cesinha*”. Este protagonismo do saber ancestral pode ser visto como uma forma de resiliência local, de resistência coletiva em favor da identidade territorial, que passa pela autoestima e, neste caso, pelo empoderamento das mulheres.



Fot. 6 - Rendeiras de Bilro da Barra do Jucu em 2020
(Fonte: bit.ly/rendeirasnabarra).

Photo 6 - Bobbin lacemakers from Barra do Jucu in 2020
(Source: bit.ly/rendeirasnabarra).

Atributo físico importante do território de Vila Velha, o Rio Jucu (RJ) é central na constituição da identidade da BJ (fot. 7) de acordo com os testemunhos dos recordadores. O Rio Jucu nasce na Região Serrana capixaba (município de Domingos Martins) e percorre cerca de 167 km até encontrar o mar junto ao Morro da Concha, na BJ (fot. 7), tendo sido navegável por 35 km a partir da Pedra Mulata, no município de Viana (Balestrero, 1979, p. 56). Na língua tupi, falada pelos nativos na época colonial, o termo “jucu” significa rio espreado ou rio que chega ao mar (Navarro, 2013, p. 33), mas, também, faz referência ao vegetal abundante em suas margens, a taboa, o “junco”.

No passado, o RJ foi usado para o transporte de mercadorias e pessoas entre a BJ e a atual capital, Vitória, atravessando o “Canal dos Jesuítas” ou “Canal dos Padres”, hoje conhecido como Canal do Rio Marinho (Balestrero, 1979, p. 44). Medindo 12 km, o canal foi construído por volta de 1740, por escravos negros e indígenas da fazenda jesuítica de Araçatiba. Segundo relatos nas rodas, esta ligação era feita pelos canoeiros em canoas construídas com a antiga técnica dos indígenas de escavação de tronco de uma única árvore, encontrada nas matas ciliares do próprio RJ conforme relato de um antigo canoeiro, o mestre da Banda de Congo Mestre Alcides, feito, no passado, a moradores da BJ e repassado nas rodas de conversa. Esta profissão foi reconhecida e regularizada pela Capitania dos Portos, que emitia a carteira de canoeiro (fig. 2). MLV trouxe um pouco das suas memórias familiares quando afirma que: “*Meu avô [...] tinha uma venda aqui na Barra e as mercadorias eram trazidas pelas canoas, pelo rio Jucu, de Vitória*” (em 04/2023).



Fot. 7 - Vista aérea do rio Jucu nas proximidades de sua foz, com vista parcial do Parque Natural Municipal de Jacaranema, da Rodovia do Sol (à direita) e da Barra do Jucu ao fundo (Fonte: <https://bit.ly/Fotosantigasdabarradojucu>).

Photo 7 - Aerial view of the Jucu River near to its mouth, with a partial view of the Parque Natural Municipal de Jacaranema, Sol highway (on the right), and Barra do Jucu in the distance
(Source: <https://bit.ly/Fotosantigasdabarradojucu>).



Fig. 2 - Capitania dos Portos do Espírito Santo, Caderneta de Matrícula para Tráfego do Senhor Virgílio Silva (conhecido como Zé Silva, Mestre de banda de congo e filho do Mestre do congo e canoieiro, Alcides Gomes da Silva) canoieiro do rio Jucu entre os anos de 1953 e 1968” (Fonte: www.galveas.com/homero).

Fig. 2 - Espírito Santo Port Authority, Registration Booklet, belonging to Mr. Virgílio Silva (known as Zé Silva, Master of the Congo band and son of also Master of the Congo and canoeist, Alcides Gomes da Silva) canoeist on the Jucu river between 1953 and 1968”

(Source: www.galveas.com/homero).

Esta antiga ligação fluvial com a capital entra em declínio e desaparece devido a múltiplos fatores relacionados a chegada da modernidade: a construção de estradas de rodagem (a BR 101 e a Rodovia do Sol), a construção de duas barragens para captação de água para abastecimento da RMGV e o comprometimento da navegabilidade do RJ devido a degradação causada por diversos (mal) usos desse recurso, entre eles: o desmatamento da mata ciliar, o assoreamento do seu leito, o emprego de agrotóxico pela agricultura, o lançamento de esgoto doméstico e industrial, e a diminuição da vazão do rio (Deina e Coelho, 2017, p.5). Relatadas pelos recordadores nas rodas de conversa, essas transformações, além de causarem o desaparecimento dos canoieiros, são parte do discurso desenvolvimentista proposto pelo viés tanto dos projetos desenvolvimentistas na RMGV como das políticas públicas setoriais.

Em resumo, até meados da década de 1970, a BJ era um local muito isolado, com uma identidade territorial definida pela dinâmica da relação intrínseca entre natureza local e práticas sociais, onde várias tradições culturais e ambientes naturais ainda se mantiveram preservados. Esta dinâmica sofreu transformações aceleradas desde então. Esse cenário foi sendo exposto pelos diferentes relatos de vivência dos participantes das rodas de conversa. Suas memórias revelam um passado em seu processo de transformação por múltiplos fatores trazidos pelo desenvolvimentismo que se firma nestes territórios subordinados através da hegemonia imposta pelas forças da lógica de internacionalização econômica capitalista. Suas falas do caso da BJ descrevem o presente em uma nova configuração: uma realidade que se caracteriza pela

degradação de ambientes naturais locais e de aspectos sociais, neste caso, acarretando a vulnerabilização territorial. Tal degradação se traduz na exposição aos riscos socioambientais de toda a sua população pelo viés da desigualdade socioeconômica e da fragilização ecológica dos sistemas naturais. Os movimentos de preservação local são as dinâmicas endógenas de resistência e luta ao discurso desenvolvimentista, podendo ser apreendidas como formas de resiliência espontânea por surgirem não como fruto de políticas públicas setoriais, muitas vezes, desconexas. Enfim, as memórias vivenciadas por estes sujeitos recordadores ilustram a trajetória histórica deste território no decorrer das últimas cinco décadas, a qual é perpassada, de um lado, por movimentos locais de preservação das características culturais e ambientais consideradas, por eles, importantes para a manutenção da identidade territorial; e, por outro, no que é trazido em várias falas, a prática do poder público em negligenciar o território, seus saberes e suas características intrínsecas.

Vulnerabilização de áreas periféricas e testemunhos dos recordadores: Territorialidade e ontologia política de um território em transformação

Diante do exposto anteriormente acima, evidenciam-se múltiplos fatores intrinsecamente relacionados ao discurso desenvolvimentista que influenciam diversas transformações territoriais na BJ, as quais vão se configurando em elementos de uma dinâmica de vulnerabilização deste território. Com base nestas memórias de experiências dos recordadores, discutiu-se aspectos deste processo de construção histórica da vulnerabilização de sua comunidade e de como ela estabelece estratégias de apropriação do território. Por este motivo, os conceitos de território e de territorialidade inspirados em Haesbaert (1999, 2007, 2020) bem como o de ontologia política de Escobar (2015, 2020) são trazidos com o intuito de contribuir para a compreensão da constituição de tal processo, o qual expõe as comunidades de territórios periféricos aos riscos da pressão pela hegemonia da lógica economicista desenvolvimentista como é o caso da Barra do Jucu (BJ).

Para Haesbaert (1999), o território:

“É o resultado da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social” (Haesbaert, 1999, p. 15).

Ambas dimensões estão presentes nas falas dos recordadores, privilegiando, contudo, a esfera simbólica através das estratégias, por exemplo, de resgate de

manifestações tradicionais como o congo e a renda de bilro. Assim, o território, no sentido mais simbólico, passa a ser moldado pelas identidades culturais mais importantes do grupo social que fazem desta esfera a referência fundamental da coesão social. Isso se destaca, principalmente, no caso das comunidades tradicionais onde o território é “[...] a base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura” (Haesbaert, 2007, p. 27). Neste sentido, a dimensão simbólica parece ser a mais central, segundo os recordadores, para compreender a realidade sociocultural e ambiental da BJ. Neste caso, o que emerge das falas é o território na perspectiva da prática, da experiência de sujeitos subordinados do “[...] território de vida para grupos cuja existência se deve a essa relação indissociável com seus espaços vividos [...]” (Haesbaert, 2020, p. 145).

Contudo, Haesbaert sublinha que o território:

“Se constrói num amplo continuum entre dominação hegemônica e apropriação e resistência subalterna, entre um poder com maior carga funcional e/ou repressiva e um poder mais simbólico e/ou autonomista” (Haesbaert, 2020, p. 148).

Logo, além da imaterialidade, a dimensão material da política se constitui em elemento do território e, ainda, de sua identidade, complexificando-o (Haesbaert, 2020 p. 150). Esta dimensão alça a experiência do sujeito a um outro patamar, tanto valorizando as memórias do vivenciado cotidiano, individual e/ou coletivamente; como trazendo o papel do poder público como elemento a ser considerado nos processos de territorialização. Isso pode ser observado pelas vivências compartilhadas dos recordadores, revelando uma espécie de tensão entre o “tradicional” das manifestações típicas da BJ, pois caracterizam a sua identidade; e o “moderno” dos grandes projetos desenvolvimentistas e das políticas públicas setoriais ambos, muitas vezes, desconectados das características da base ambiental-cultural do território. Consequentemente, a territorialidade na BJ é complexa, tendo, pelas falas dos recordadores, a dimensão da identidade territorial simbólica como fundamental para a compreensão do cenário local. Isso se remete, mais uma vez, a ideia de territorialidade de Haesbaert (2007):

“[...] como domínio da imaterialidade, como concepção distinta de território, necessariamente material, concreto; enquanto “abstração” analítica e enquanto dimensão imaterial ou identidade territorial simbólica. Também como domínio do “vivido” ou do não institucionalizado. Territorialidade como uma dimensão do território, a dimensão simbólica (ou a “identidade territorial”) conforme utilizado

algumas vezes no âmbito da Antropologia” (Haesbaert, 2007, p. 26).

O vivido na BJ é perpassado por experiências de “resgate” do território que se remete às dimensões imaterial e pouco da esfera do material. E quando isso ocorre, é num olhar crítico, apontando para uma omissão, um distanciamento ou mesmo uma presença inadequada considerando as dinâmicas territoriais. Talvez, mesmo uma falta de conhecimento técnico como no caso do evento de pluviosidade intensa, ocorrido em dezembro de 2013, que inundou vários bairros de Vila Velha (VV) evocado na roda de 04/2023:

“[...] em 2013, 420 mm em 48 horas, VV ficou 25 dias embaixo da água e o prefeito queria abrir uma outra foz no RJ, lá no trevo da Darly Santos, duas valas acreditando que o rio ia vazar por estes dois lugares e [...] a cidade ia secar. Quando a gente ficou sabendo disso [...] eu já estava em contato com um pesquisador do projeto de macrodrenagem do Espírito Santo [...] eu liguei para ele e disse o que estava acontecendo [...] falou que o mar ia entrar no rio e que ia piorar a cidade quando a maré enchesse [...]” (PL).

De acordo com este relato, tal ação do poder público, na época, foi iniciada sem ter um engenheiro responsável nem um projeto para tal, tendo sido impedida, apesar de ameaça física, com a intervenção de membros da comunidade acompanhados de três grandes mídias locais. O mesmo recordador afirma que *“Os maiores problemas para a preservação do ambiente local são: a enorme quantidade de esgoto lançado no rio Jucu, a corrupção dos órgãos públicos e a falta de competência técnica na Prefeitura e no Estado”*.

Nas rodas de conversa, os recordadores se referem a um processo de fragilização, muitas vezes, pela ação do poder público, de aspectos da história ambiental local (como a poluição do RJ citada acima) bem como da identidade local - o congo, o carnaval, a renda de bilro, a pesca. Como a dimensão ambiental e cultural estão interconectadas na realidade, o bilro e a pesca ilustram esta interconectividade no passado, quando as rendeiras, as companheiras dos pescadores, eram as geradoras da renda familiar pela venda das rendas como na fala abaixo:

“A população sobrevivia da pesca e da pequena agricultura familiar, as mulheres faziam as rendas de bilro e os homens pescavam. Onde há rede há renda. Com a venda das rendas também se conseguia algum dinheiro” (RR, 05/2023).

Segundo os recordadores, a fragilização de manifestações tradicionais locais, renda, pesca e congo, como parte da identidade nativa com a chegada do “desenvolvimento” invisibiliza as técnicas tradicionais de produção e de

reprodução destas atividades, que são, enfim, saberes tradicionais que se perderiam até o desaparecimento senão fosse a mobilização pelo resgate ou resistência. Intrínseca à lógica economicista da modernidade capitalista, a exploração intensa de elementos da base ecológica territorial descaracteriza ou fragiliza esta identidade territorial - para não falar da sua quase perda - com as transformações territoriais que promove como é o caso da especulação imobiliária na fala seguinte: *“Com relação à preservação ambiental os maiores problemas são a especulação imobiliária e a perda da identidade cultural”* (RR, 05/2023)

As memórias evocadas pelos recordadores da BJ como território revelam que *“[...] a vida não pode ser pensada fora da natureza, como na tradição científica hegemônica eurocêntrica”* (Porto-Gonçalves, 2015, p. 245). As resistências e lutas buscam restabelecer a interconexão natureza - cultura que é evidente na realidade local. Porto-Gonçalves considera essa interconectividade da realidade como sendo a desnaturalização do conceito de território enquanto “base natural do Estado” (Porto-Gonçalves, 2015, p. 245). Ou seja, quando os sujeitos se apropriam de seu território, eles se tornam sujeitos ativos do seu processo de construção do mesmo, indo além da subordinação ao processo essencialmente orientado por políticas públicas de ordenamento territorial. Esta proatividade se observa na BJ no caso do resgate da renda de bilro como no testemunho citado anteriormente que reafirma o protagonismo local em oposição à inércia do ator estatal: *“[...] quando tem pra resgatar alguma coisa, quem faz esse movimento é a comunidade. Nunca esse movimento vem [...] do poder [público]...”* (DB, 03/2023).

O território expressa, portanto, as suas múltiplas territorialidades através das várias atuações dos sujeitos além (ou em contraposição a) do poder público (id, 2015, p. 245). A fragilização de características intrínsecas e tradicionais ao território, compondo a sua identidade, favorece, no âmbito do ordenamento territorial, a perda da proatividade dos sujeitos e a implantação de políticas públicas. É, enfim, onde se situa a expressão da tensão entre o tradicional e o moderno. Elementos constituintes das dinâmicas de construção do território pela manutenção e preservação de suas características nativas, as lutas de resistência cultural e ambiental na BJ podem ser apreendidas pelos conceitos de ontologia política e pluriverso do antropólogo colombiano Arturo Escobar. Este autor comenta que:

“A perseverança das comunidades e movimentos tradicionais de base territorial envolvendo resistência, oposição, defesa e afirmação dos territórios, mas com frequência pode ser descrita de forma mais radical como ontológica” (Escobar, 2015, p. 91).

Assim, esses movimentos reafirmam as diversas concepções de mundo dos sujeitos, formando o pluriverso. Para o autor, o *“pluriverso é formado por uma grande variedade de mundos que se relacionam e respeitam mutuamente e são co-constituídos, mas tem diferenças entre si”* (Escobar, 2020, p. 55). O autor propõe o pluriverso como uma ferramenta para criar alternativas para o Mundo Uno, esse típico da expansão e globalização econômica (plausível para os uni mundistas), de modo a proporcionar ressonância dos outros e vários mundos, interrompendo, consequentemente, a história do Mundo Uno (Escobar, 2020, p. 56). O pluriverso como ferramenta pode subsidiar o estudo em direção às transições para um mundo no qual caibam muitos mundos: o pluriverso (Escobar, 2020, p.57). Assim, resistências e lutas na interconexão ambiental-cultural se remeteriam, enquanto forças resilientes, ao projeto pluriversal na medida em que:

“O projeto ontológico e pluriversal tem como objetivo propiciar as condições tecnológicas, sociais e ecológicas nas quais múltiplos mundos e conhecimentos, incluindo humanos e não humanos, podem florescer em formas mutuamente enriquecedoras. O projeto pretende desenvolver a ideia de projetos para o pluriverso” (Escobar, 2020, p. 58).

Diante do desenvolvimentismo negligente dos territórios, as lutas e resistências na BJ podem ser apreendidas como a capacidade de resiliência territorial que ressurgiu da tensão desestabilizadora e desorganizadora (já é o primeiro desastre territorial) que, ao mesmo tempo, oportuniza a reorganização ou uma nova forma de configuração territorial de onde emergem atores até então não visíveis, os quais propondo modos de sobrevivência das manifestações tradicionais e da preservação identitária que *“[...]sob outra arquitetura de relações. Pode estar em causa uma sucessão de ciclos virtuosos [...]”* (Gonçalves, 2018, p. 48). Tais ciclos virtuosos se baseiam nestes *“[...] processos crescentes de revalorização das bases territoriais e mobilização social [...]”* (Haesbaert, 2020, p. 146).

Neste sentido, a diversidade intrínseca da realidade surge quando se admite que *“O mundo se compõe de múltiplos mundos, múltiplas ontologias e realidades que têm sido excluídas da experiência eurocêntrica ou bem reduzidas a seus termos”* (Escobar, 2020, p.60). A concepção de Mundo Uno reafirma, consequentemente, a sua leitura míope da própria realidade, pois

“Sendo a diversidade do mundo infinita, ela deve ser respeitada e preservada em sua complexidade nos enfrentamentos aos problemas criados pelas transformações da modernidade para os quais já não existem soluções modernas” (Escobar, 2020, p.61).

Enfim, as transformações causadas pela modernidade através do seu discurso do desenvolvimentismo e expostas pelos recordadores trazem à luz problemáticas que, por anos ou décadas, ainda não encontraram soluções pela via de políticas públicas apesar do seu caráter hegemônico. São várias as problemáticas fruto da desestabilização moderna, entre outros, vale citar, resumidamente, aquelas relacionadas ao rio Jucu visto o seu papel definidor da identidade territorial. Objeto de reportagens na mídia local/estadual e de trabalhos científicos, elas foram evocadas nos relatos dos recordadores: a poluição deste recurso hídrico pelo derrame de esgoto doméstico e industrial e a degradação acelerada das áreas de restinga e manguezal, áreas de preservação permanente (BRASIL, 2012), são ambos causados pelo crescimento acelerado com a ocupação desordenada de terras e a exploração de areais para a construção civil (Galvêas, 2006, 82; Pratte, 2010, p. 1); a diminuição da vazão do Rio Jucu devido ao aumento do consumo de água em toda a RMGV (Coelho e Deina, 2017, p. 6), acarretando a diminuição na quantidade de pescado ou ainda a morte de toneladas de peixes por falta de oxigenação na água (Portal G1-ES, TV GAZETA, 2016); sem falar no assoreamento do rio causando a obstrução da sua foz.

Considerações finais

Com base nas memórias evocadas por recordadores durante as rodas de conversa, procurou-se montar o cenário de transformações territoriais da Barra do Jucu (BJ), um bairro de Vila Velha (ES, Brasil). No espectro do passado-presente, foram observadas tanto rupturas na dinâmica territorial previamente existente à implantação de projetos desenvolvimentistas de caráter econômico pretendendo, em geral, a inserção internacional do território do Espírito Santo; como as formas de reação encontradas pela população visando a preservação das suas manifestações tradicionais e das características ecológicas locais. A maioria dos atores mapeados foram componentes das bandas de congo, artesãos e artistas plásticos, pescadores, ambientalistas e coordenadores culturais. Envolvendo dezesseis recordadores, as três rodas de conversa realizadas evidenciam uma identidade territorial navegando entre duas dimensões: a ambiental e a cultural.

O uso de diferentes métodos qualitativos não probabilísticos, em especial, das rodas de conversa, possibilitou ressaltar as memórias de seus participantes. Esta prática metodológica abre um espaço de escuta e de expressão livre das memórias dos recordadores, possibilitando a identificação de suas preocupações e problemáticas resultantes do desenvolvimentismo, as quais não são somente individuais, mas podem ser coletivas. Neste sentido, esta prática colabora para estreitar os laços de sociabilidade, fator importante para se pensar a resiliência comunitária e territorial.

Além disso, tais narrativas podem estar em consonância ou dissonância com relação a “história oficial”, entendida como sendo a história registrada na documentação governamental bem como na historiografia tradicional por exemplo. Repetições de temáticas evocadas ocorrem entre os participantes bem como aparecem alternativas para os problemas socioambientais comunitários a partir da visão de suas perspectivas. Contudo, esses pontos nem sempre estão de acordo com o que o ator estatal vai propor como ação de governo ou como política pública. Esta dissonância entre os diferentes atores da governança socioambiental não é, contudo, objeto ou objetivo deste artigo.

Até meados da década de 1970, a BJ se encontrava isolada e, consequentemente, preservada de um processo de transformação territorial, mantendo o seu cenário belo e bucólico, ou seja, uma identidade própria integrada ao seu entorno, em especial, à presença do rio Jucu segundo os testemunhos dos recordadores. No passado, o comércio local vendia, basicamente, vegetais essenciais para as moquecas e pratos típicos do estado. A água era de poço, a iluminação precária, todas as ruas de terra, poucos muros entre os terrenos das moradias, poucas casas com banheiro e o banho era no rio, na maré. Isso foi lembrado durante as rodas de conversa como no relato que se segue: *“Ninguém tinha um fogão a gás aqui. Para você ter uma ideia, ninguém tinha banheiro em casa. O banho era no rio Jucu lá, onde hoje é o Bregas, né? E a privada era uma moita de banana lá no fundo do quintal né?”* (KG, 03/2023). Os testemunhos revelam, por conseguinte, a íntima relação com a natureza local no passado, anteriormente ao processo desenvolvimentista iniciado nos anos 1970.

Hoje, ainda sobrevivem alguns elementos graças à mobilização de certos atores, membros da comunidade: às práticas de pesca, de renda de bilro, do congo além de alguns poucos aspectos naturais, em geral, bastante degradados e fadados ao desaparecimento pela especulação imobiliária. Durante as rodas de conversa, foram trazidas, ainda, demandas atuais perpassadas, sobremaneira, pela falta de apoio e omissão do poder público, que se resumem na maior valorização dos movimentos culturais e da luta para a preservação de ambientes naturais locais além de aspectos do cotidiano como manutenção adequada do calçamento antigo das ruas ou saneamento básico. Foram evocadas lacunas e desarticulações entre as e nas políticas públicas setoriais. A dualidade entre o tradicional e o moderno surge nas falas, onde este último é visto como fator interveniente no processo de desestruturação da organização local tradicional, que se torna fator importante da construção sócio histórica de vulnerabilidades e de riscos locais.

Fruto da dinâmica endógena de luta e resistência de certos moradores da BJ, vale citar o resgate recente da renda de bilro e o movimento de criação do Parque Natural Municipal de Jacaranema, mencionado nas rodas de conversa. Esta unidade de conservação aparece, hoje, como uma “área de amortecimento” ao moderno, ao crescimento hegemônico, evocado como predatório da identidade socioambiental local. O movimento de resgate de costumes nativos e de preservação do seu meio ambiente representa a resistência que se configura em estratégias de resiliência territorial construtiva de um projeto societal, podendo, este, contribuir para uma construção de mundo priorizando a diversidade cultural e a sustentabilidade ecológica no território. Em outras palavras, podem ser sementes de um pluriverso segundo a linguagem de Escobar. Afinal, na visão dos recordadores, a interconexão meio ambiente e cultura se reflete na relação intrínseca entre pesca, riqueza ambiental, renda de bilro, congo e carnaval tradicional.

As transformações socioambientais apontadas pelos recordadores ocorrem, em maioria, pelo viés de políticas públicas setoriais, em geral, desconexas, principalmente, a partir da década de 1970 centradas na lógica econômica capitalista de exploração territorial de recursos locais, desconsiderando-se as suas dinâmicas de renovação, ou seja, as suas capacidades de recuperação; bem como não tendo em conta demandas locais de seus moradores. Da implantação da rodovia fragmentando o território, da escassez do pesqueiro pelo indevido uso do rio bem como pela pesca industrial predatória; até a especulação imobiliária e as invasões de áreas de preservação permanente, as características locais com as suas tramas territoriais historicamente tecidas ficaram marginalizadas e apagadas pela onda da modernidade, colocando o saber ancestral sobre a biogeografia deste território em risco. Resgate de manifestações tradicionais culturais locais e preservação ambiental se confrontam, consequentemente, com as forças desenvolvimentistas instaladas, em maioria, pelo viés de políticas públicas. Contudo, estas últimas colocam em prática “[...] uma ação de transformação limitada, insuficiente, mal orientada... pouco eficaz e, principalmente, muito relacionada aos interesses particulares cuja ideologia do modelo dominante pretende assegurar a supremacia” (Comeliau, 2014 p. 140). Desconsiderando a integridade dos elementos da identidade territorial e, por conseguinte, encorajando a fragilização territorial na sua totalidade, tais forças poderiam adotar a perspectiva da sustentabilidade ecológica e da diversidade cultural e, inspirando-se na ideia de pluriverso, escutar e considerar as ponderações e demandas dos grupos sociais ao invés de se imporem como fatores do processo de construção de vulnerabilidades e de riscos ao darem prioridade excessiva às preocupações e metas econômicas por via das políticas públicas.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo financiamento de bolsa de produtividade PQ-2 e à CAPES pela bolsa de doutorado

Referências Bibliográficas

- Acselelad, H. (2012). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.
- Almeida, R., Jesus, L. A. e R., L. (2017). *Estudo sobre os espaços livres de uso público e áreas verdes da regional 02 - grande lbes, município de Vila Velha - ES*, 415-422.
DOI: [https://doi.org/ 0.5151/sigradi2017-066](https://doi.org/0.5151/sigradi2017-066)
- Balestrero, H. L. (1979). *A obra dos jesuítas no Espírito Santo*. Viana.
- Braga, T., Arpini, N. (2016). *Moradores abrem a foz do Rio Jucu por medo de novas inundações*. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 05, jan. de 2016. Cidade. URL: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/01/moradores-abrem-foz-do-rio-jucu-por-medo-de-novas-inundacoes.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.
- Comeliau, C. (2014). *Ambigüités des politiques publiques*. Toulouse: Eds. Privat.
- Costa Pinto, L. A. (1965). *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo*. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira.
- Deina, A. M. e Coelho, A. L. N. (2017). Fragilidade Emergente a Inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Jucu/ES. *Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto-SBSR*.
- Escobar, A. (2015). *Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”*.
- Escobar, A. (2020). Sentipensar con la tierra. Transiciones: puentes transatlánticas para diseñar redes entre Sures y Nortes. Revisións, 10/2020.
- Ferdinand, M. (2021). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Ed..
- Foz do Rio Jucu é reaberta pela 7ª vez em Vila Velha, ES. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 28, ago. de 2016, Cidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/08/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-pela-7-vez-em-vila-velha-es.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.
- Foz do Rio Jucu, em Vila Velha, ES, é reaberta pela 4ª vez este ano. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 18, maio de 2016. Cidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/05/foz-do-rio-jucu-em-vila-velha-es-e-reaberta-pela-4-vez-este-ano.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.

- Galvêas, H. B. (2005). A História da Barra do Jucu : Gênese da Cultura Capixaba Desenvolvimento Sócio Cultural da Grande Vitória” www.galveas.com/homero.
- Gonçalves, C. (2018). Perspectivas sobre resiliência territorial: resistência flexível, interdependência sistêmica, adaptabilidade evolutiva. *GEOgraphia*, vol. 20, n. 43.
- Gorriti, E. (2016). Foz do Rio Jucu é reaberta após milhares de peixes morrerem no ES. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 26, out. de 2016. Cidade. <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/10/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-apos-milhares-de-peixes-morrerem-no-es.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.
- Haesbaert, R. e Limonad, E. (1999). O território em tempos de globalização. *GeoUERJ, Revista do Departamento de Geografia*.
- Haesbaert, R. (2007). Território e Multiterritorialidade: Um debate. *Geografia-ano IX-n.º 17*.
- Haesbaert, R. (2020). Territórios numa perspectiva latino-americana. *Journal of Latin American Geography*, Volume 19, number 1, 141-151.
- Navarro, E. (2013). *Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil*, ed. Global.
- PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE JACARANEMA - PNMJ. <https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/PNMJ.pdf>. Acesso em: 27, jul. de 2023.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2015). Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/ Abya Yala/ Quilombola. *Polis Revista Latinoamericana*, n. 41.
- Pratte, R. S. (2010). *Estudo da qualidade das águas do Rio Jucu, ES: Caracterização limnológica e análise da comunidade de macroinvertebrados bentônicos*.
- Reginensi, C., de Mendonça, M. B., e Da-Silva-Rosa, T. (2022). Roda de conversa sobre riscos de desastres associados a deslizamentos na Rocinha (Rio de Janeiro, Brasil): experiências de luta, resistência, saberes e arte. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 60.
- Ribeiro, L. C. M., Quintão, L. do Carmo (Org.). *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória, ES: EDUFES, 2015. Número de chamada: CES 981.52 M689 2015.
- Sathler, M. A. (2017). *Jacaranema, a arena: um parque redutor de desastres urbanos sob risco de urbanização*. 1. ed. Vitória: Pedregulho.
- Scarano, F. R., Padgurschi, M. de C. G., Freire, L. M., Aguiar, A. C. F., Carneiro, B. L. R., Pires, A. P. F. (2021) Para além dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: desafios para o Brasil. *Bio Diverso*, Porto Alegre, v. 1, n. 1.
- Siqueira, M. P. S. (Org.) ; da-Silva-Rosa, T. (Org.)(2016) . *Questões Contemporâneas*. 1. ed. Florianópolis: Insular, v. 1. 180 p.
- Vinuto, J. (2014). A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate em Aberto. *Temática*, Campinas, 22(44), ago./dez. 2014, 203-220.
- Tschaen, R., Mello, F. C. de, Da Silva Rosa, T. (2021). Extractivism and the Samarco Disaster: Historical Construction of Vulnerability in Anchieta (ES, Brazil) in a Mining Dependency Context. *Ambiente & Sociedade* (Online), v. 24, 1-19.